



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008183-35.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **Raheithi Cartuchos Ltda Epp**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A - Vivo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora se volta contra débitos que lhe foram lançados pelas rés relativos à cobrança de serviços que não contratou.

Indefiro o pedido de vista formulado a fl. 296 por falta de justificativa e porque a ré já apresentou a manifestação de fls. 266/267.

No que diz respeito às preliminares arguidas pela ré **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, a autora demonstrou satisfatoriamente a fls. 12/14 e 234 que pode demandar nesta esfera, ao passo que o aprofundamento da discussão em torno da existência – ou não – de relação de consumo entre as partes é prescindível ao desate do litígio, como se verá.

Já no que atina às suscitadas pela ré **NOVA SERVIÇOS DE TELEMARKETING E COMUNICAÇÕES LTDA.**, entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão analisadas.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O exame dos autos evidencia que a autora questiona débitos que lhe foram lançados na fatura de telefonia da linha nº (16) 3364-6457 para pagamento de serviços que refuta ter ajustado.

Tais serviços teriam a denominação "*Guia Perto de Você*" (cobrado pela ré **TELEFÔNICA**), "*Nova Telecom Listas*" (cobrado pela ré **NOVA SERVIÇOS**) e "*Soluciona TI*" (cobrado pelo réu **MAKOY FELIPE**).

Tendo em vista que houve desistência da ação relativamente ao réu **MAKOY FELIPE ALMEIDA JOÃO** (fl. 225), resalto de início que descaberá a avaliação do assunto que lhe concerne e o pronunciamento correspondente.

As questões dos serviços "*Soluciona TI*" ficam assim prejudicadas.

Resta então definir se os serviços cobrados pelas rés **TELEFÔNICA** e **NOVA SERVIÇOS** tinham lastro a sustentá-los.

Tomando em conta que a autora negou a contratação desses serviços, tocava às rés a demonstração da regularidade das avenças, seja por força da regra do ar. 373, inc. II, do Código de Processo Civil, seja porque seria inexigível à autora a comprovação de fato negativo.

Assentada essa premissa, anoto que a ré **TELEFÔNICA** não se eximiu satisfatoriamente do ônus que pesava sobre ela.

É relevante assinalar que ela em contestação sequer impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora, mas, ao contrário, teceu considerações estranhas ao objeto do processo.

Nesse sentido, chegou a declinar que "*a autora afirma que seus serviços de telefonia foram interrompidos por um curto período, sem apresentar qualquer prova contundente*" (fl. 71, penúltimo parágrafo) e que a autora "*está sem o serviço de telefonia*" (fl. 72, primeiro parágrafo), quando na realidade nada disso se pôs a debate nos autos.

Como se não bastasse, deveria a ré amealhar o instrumento por intermédio do qual a autora teria contratado os serviços "*Guia Perto de Você*", mas não o fez e nem mesmo aludiu a como ele se teria materializado.

Deixou de pronunciar-se, igualmente, sobre os protocolos elencados a fl. 49, de modo que o conteúdo deles deve corresponder ao que foi descrito no particular pela autora (abertura de análises e solicitações de cancelamentos).

A conclusão que daí deriva é a de que a ré não tinha respaldo para efetuar as cobranças cristalizadas a fls. 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 43, 45e 47.

Deverá, portanto, restituir à autora as importâncias respectivas, mas isso não se dará em dobro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Sobre esse assunto, o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não extraio dos autos dados consistentes que denotassem a má-fé da ré, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

O montante da devolução, obedecendo aos critérios preconizados a fls. 250/251 e 259/260 à míngua de impugnação por parte da ré (inclusive quanto à extensão das cobranças, com a ressalva de que ela reunia plenas condições para demonstrar que não as efetuou no período assinalado), corresponderá a R\$ 690,10 (R\$ 10,30 x 67 meses).

Quanto a danos morais, não detecto na petição inicial pleito ofertado para a devida reparação, mas de qualquer sorte a indenização a esse título não se justificaria.

Como o tema envolve pessoa jurídica, sabe-se que o ressarcimento pertinente passa pela comprovação do abalo de sua imagem e há de ser precisa, como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça:

“Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito” (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).

No mesmo sentido: Apelação nº 0123816-35.2008.8.26.0100.

Diante disso, e sendo certo que nada há nos autos para levar à ideia de que as cobranças em apreço provocaram o abalo à imagem da ré, a postulação não vinga.

Quanto à ré **NOVA SERVIÇOS DE TELEMARKETING E COMUNICAÇÕES LTDA.**, entendo que os documentos de fls. 177/180 atestam a contento a contratação entre as partes.

Deles, merece especial destaque o de fl. 177 porque conta com a assinatura de Isabella Agulhare, sócia da autora (fl. 07, segundo parágrafo), sem que nenhum documento relativo à mesma fosse coligido para evidenciar a discrepância com aquela.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Tais provas, aliadas ao largo espaço de tempo em que houve os pagamentos sem oposição alguma da autora, permite estabelecer a certeza de que a contratação efetivamente aconteceu e de maneira válida.

A pretensão em face dessa ré não prospera, pois.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência de negócio jurídico celebrado entre a autora e a ré **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, relativamente à cobrança do serviço "*Guia Perto de Você*", bem como para condenar essa ré a pagar à autora a quantia de R\$ 690,10, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada soma que a compôs, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fl. 50 quanto à ré **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, revogando-a quanto às corrés.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 03 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**